



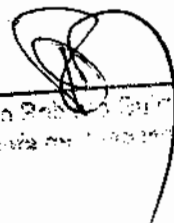
**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA DEPUTADA ELIANA PEDROSA**

RQ 1482/2004

07 10 04

**REQUERIMENTO  
(Da Sra. Deputada Eliana Pedrosa e outros)**

Às Propostas Legislativas, para serem encaminhadas, na seguinte

  
Paulo Roberto Guimarães da Silva  
Chefe do Gabinete da Deputada

Requer a tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 517, de 2003, que “Estabelece princípios, normas e procedimentos para a expedição, distribuição e uso de biossólido no Distrito Federal, visando controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais e adota outras providências”.

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Nos termos do art. 164 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, requeremos a tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 517, de 2003, que “Estabelece princípios, normas e procedimentos para a expedição, distribuição e uso de biossólido no Distrito Federal, visando controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais e adota outras providências”.

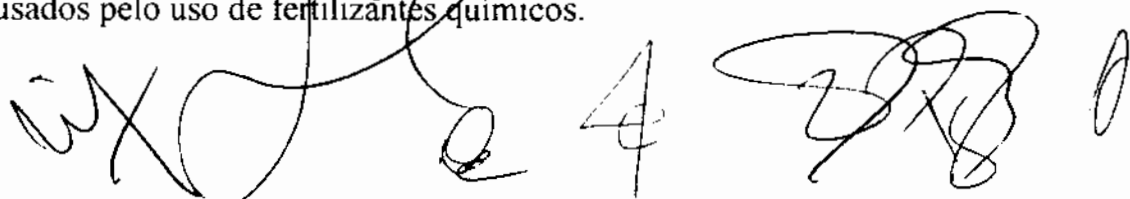
**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição visa a tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 517, de 2003, que “Estabelece princípios, normas e procedimentos para a expedição, distribuição e uso de biossólido no Distrito Federal, visando controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais e adota outras providências”, em face da importância que está revestida a matéria para o desenvolvimento desta atividade.

O lodo é o principal subproduto do tratamento de esgotos e a sua disposição final tem sido um problema discutido em vários países. Sua utilização em terras produtivas, reservadas para agricultura e pecuária, e a disposição em aterros sanitários são as formas predominantemente adotadas pelos países desenvolvidos.

A reciclagem agrícola transforma o lodo de esgoto em importante insumo, o qual fornece matéria orgânica e nutrientes ao solo, mantendo o potencial produtivo do solo e a nutrição de plantas, permitindo assim, produtividades elevadas, trazendo vantagens ao homem e ao ambiente, reduzindo os efeitos adversos à saúde causados pelo uso de fertilizantes químicos.

005 07/10/04 15:40:46



Considerando as características de produção e de qualidade do bio-sólido produzido pela CAESB, sob a luz de norma americana, verifica-se que o mesmo se enquadra na categoria "Classe B, com uso agrícola restrito".

Atualmente, por determinação da Secretaria de Meio Ambiente, a CAESB está impedida de liberar o uso de bio-sólidos para a agricultura até a amostra de resultados técnicos que demonstre índices aceitáveis de teor de patógenos.

A CAESB produz cerca de 240 toneladas por dia e já está acumulado, em seus depósitos, mais de 80 mil toneladas. Caso não haja liberação da SEMARH até o fim do ano, a Companhia de Saneamento do Distrito Federal poderá usar liminar do judiciário e a resolução do CONAMA que está para ser publicada sobre o assunto, e fará a distribuição do produto para a agricultura, sob pena de sérios danos ao meio ambiente, já que o produto estocado, pode ser levado pelas águas das chuvas.

Nesse sentido, em que pese os benefícios advindos do emprego do Bio-sólido na agricultura, existe a necessidade de se disciplinar em lei a geração, acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final desse produto produzido pelas unidades de tratamento de esgotos da CAESB, o quanto antes, como forma de se evitar futuros desastres nocivos ao meio ambiente.


Sala das Sessões,


  
**Deputada ELIANA PEDROSA**  
PFL

  
CARLOS LEITO

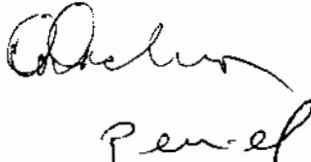
emml

  
Odilon

  
FNR

  
Paulo Tadeu

  
Gira

  
Penel

Em 13/10/04  
LTD O  
RQ 1483/2004  
Assessoria da Plenário

REQUERIMENTO Nº  
(Do Deputado Chico Vigilante)

Protocolo Legislativo para registro a, em

segunda, à Mesa Diretora

Em 13/10/04

Paulo Roberto Sumatava da Costa  
Deputado

Requer informações à Mesa Diretora  
da Câmara Legislativa do Distrito  
Federal.

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito  
Federal:**

Com fulcro nos arts. 15, inciso II, 39, § 2º, inciso XII e 40, inciso I, alínea *a* do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, requero a Vossa Excelência informações sobre as despesas da CLDF referentes a publicidade e propaganda nos exercícios de 2002, 2003 e 2004 (até a data do fornecimento das informações), detalhando os valores pagos, a data de sua realização, o nome e/ou a razão social dos sub-contratados e o tipo de serviço prestado.

Requeiro ainda cópia do inteiro teor dos processos referentes aos gastos pré-falados nos mesmos períodos.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Regimento Interno define como atos ou fatos sujeitos à fiscalização e controle da CLDF e de suas Comissões todos os atos de gestão administrativa dos Poderes Legislativo e Executivo do DF. Assim, no exercício dessa competência parlamentar, solicito sejam essas informações encaminhadas com a maior presteza. (art. 54, inciso I – RICLDF)

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 2004.

Deputado ~~CHICO VIGILANTE~~  
Partido dos Trabalhadores

PROCELA - PROLEGATIM  
RQ 1483/04  
01 RITA

018 07/10/04 16:37:53